

EDITORA



UnB

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Catarina de Almeida Santos
Andréia Mello Lacé
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



 EXTENSÃO
INSURGENTE



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

**Do centenário de Paulo Freire e
Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB**

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Maria Thalita dos Santos Pessôa
Diagramação	Larissa Gomes dos Santos Viana
Fotos de capa	Paulo Freire Contemporâneo, frame de vídeo - Ministério da Educação, via Domínio Público Darcy Ribeiro - Cedoc - Arquivo Central UnB Universidade de Brasília - Beto Monteiro
	© 2023 Editora Universidade de Brasília
	Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF CEP: 70910-900 Site: www.editora.unb.br E-mail: contatoeditora@unb.br
	Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

E24 Educadoras e educadores brasileiros [recurso eletrônico] : do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB / (organizadoras) Catarina de Almeida Santos ... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2024.
170 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-270-5.

1. Universidade de Brasília - História. 2. Educadoras - Brasil. 3. Educadores - Brasil. I. Santos, Catarina de Almeida (org.).

CDU 37 (81)



Sumário

Prefácio 7

Olgamir Amancia Ferreira

Os 60 anos da Universidade necessária e as educadoras e os educadores brasileiros 11

Catarina de Almeida Santos
Andréia Mello Lacé
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Paulo Freire: educando para a libertação 21

Cristiano Garboggini Di Giorgi
Andréia Nunes Militão

Do direito à educação à Universidade de Brasília no pensamento anisiano 37

Maria Zélia Borba Rocha

Florestan Fernandes e a educação: da Campanha de Defesa da Escola Pública à construção de uma pedagogia socialista 57

Diogo Valença de Azevedo Costa

Nísia Floresta: autobiografia, pesquisas e perspectivas 75

Alyanne de Freitas Chacon

Formação social, estado e educação brasileira: o projeto quilombista como alternativa civilizatória e pedagógica em Abdias do Nascimento 93

André Luis Pereira
Camilla Meneguel Arenhart



Nise da Silveira: uma educadora rebelde 111

Felipe Magaldi

Anália Franco: a educadora que o Brasil precisa conhecer 129

Samantha Lodi-Corrêa

**Os 60 anos da UnB no centenário de Darcy Ribeiro
e a necessária luta por um novo amanhecer** 149

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Um posfácio, um convite ao inacabamento 157

Andressa Pellanda

Nise da Silveira e a humanização da doença mental 161

Franklin Chang



Paulo Freire: educando para a libertação

Cristiano Garboggini Di Giorgi
Andréia Nunes Militão



Introdução

Baseamo-nos, na acepção formulada por Romão (2010), para caracterizar Paulo Freire como um “educador popular”. Nesta perspectiva, considera-se que “[...] todo educador e toda educadora são populares, na medida em que toda ação educacional se dirige às camadas sociais, portanto, ao povo, buscando a preservação ou a transformação de projetos de nação” (Romão, 2010, p. 1). O autor complementa: “no seu sentido estrito, o educador popular tem uma origem, um local de nascimento, uma trajetória própria, em suma, uma história idiossincrática que lhe confere uma identidade singular que o distingue dos demais educadores” (Romão, 2010, p. 1). Freire assevera que:

a libertação autêntica – o processo de humanização – não é mais um depósito a ser feito no homem. A libertação é uma práxis: a ação e a reflexão de homens e mulheres sobre seu mundo para transformá-lo. Aqueles verdadeiramente comprometidos com a causa da libertação não podem aceitar nem o conceito mecanicista da consciência como um recipiente vazio a ser enchido, nem o uso de métodos bancários de dominação (propaganda, slogans e depósitos) em nome da libertação (Freire, 1983, p. 43).

Ao completar 50 anos, a obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire se constitui como uma leitura indispensável não só para a compreensão do pensamento freireano, mas também como uma referência importante para o pensamento político.

Do ponto de vista da pedagogia freiriana, há um aspecto da democracia cognitiva que não pode ser esquecido, e é ele que confere um caráter popular à ciência e à própria epistemologia (teoria da ciência): há de se incorporar no currículo (entendido em seu sentido amplo) os traços culturais da visão de mundo dos oprimidos e das oprimidas. É Pedagogia “do(a)” Oprimido(a) e não a Pedagogia “para” o Oprimido. Ou seja, é a pedagogia a partir do olhar,

da perspectiva, do viés dos oprimidos e das oprimidas. E não se trata de concessão “basista”, nem de mera simpatia ou compaixão para com os(as) subalternizados(as), mas de verdadeira clarividência epistemológica. Paulo Freire entendia que há uma vantagem gnosiológica e epistemológica dos(as) oprimidos(as), na medida em que eles e elas vivem no olho do furacão das contradições e, por isso, aspiram à transformação social (Romão, 2010, p. 9).

Neste texto, discute-se as ideias defendidas em *Pedagogia do Oprimido*, buscando identificar as intersecções entre as formulações e ações de movimentos sociais populares e a obra de Paulo Freire. Argumenta-se que o pensamento dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, em especial os partidos políticos de esquerda, setores da Igreja Católica e o sindicalismo, são influenciados pelas ideias de Paulo Freire, sintetizadas em sua obra que completa 50 anos, sem perder sua vitalidade e atualidade. Ao percorrer essa linha argumentativa, encontramos ainda a influência de Freire nas Organizações Não Governamentais, que se valem de seus referenciais para uma atuação em perspectiva emancipadora. Observa-se que, no presente, embora os movimentos sociais citados tenham atuação sob outros referenciais que tensionam por práticas mais mercadológicas e pragmáticas, os pensamentos e contribuições de Paulo Freire continuam atuais para a compreensão do presente e como impulsionador de práticas transformadoras e emancipadoras.

É inegável a repercussão das obras de Paulo Freire pelo mundo. Destaca-se, em especial, uma de suas mais conhecidas, *Pedagogia do Oprimido*. Neste momento em que esta obra completa seus 50 anos, mantendo-se como referência para diferentes autores pelo mundo, uma das questões que se coloca reside exatamente sobre as contribuições desta obra, que ultrapassa a discussão específica da área educacional, tornando-se também referência para a política em uma perspectiva mais ampla.

A relação entre essas duas áreas, a educação e a política, é um tema de destaque na obra de Freire. Sendo inegável sua contribuição para o campo educacional, podemos conjecturar que essa obra, assim como outras da produção freiriana, tem sua vitalidade exatamente nesta articulação entre essas duas áreas.

Poucos autores possuem uma contribuição efetivamente significativa nesta mesma magnitude, quando consideramos o uso de sua obra para a efetiva atuação política com o objetivo de alcançar a transformação da sociedade em uma perspectiva emancipadora. Equipara-se assim a autores como António Gramsci, que, entretanto, não possui a mesma influência no campo educacional. Pode-se defender que Freire tem o mérito de se qualificar como balizador de práticas pedagógicas a partir de um sólido pensamento voltado para a transformação da sociedade. Não cabe, no âmbito deste artigo, a comparação das contribuições de Freire com outros autores, mas é certo que podemos considerá-lo um dos autores mais significativos para essa reflexão.

Conquanto seja considerada óbvia a sua enorme influência no campo educacional, também não é difícil demonstrar a sua influência altamente relevante no campo mais estrito da prática política transformadora. Não por acaso, uma das obras de Paulo Freire tem por

título *Política e Educação*, e que o principal estudo sobre Freire, de Celso Beisiegel, seja intitulado como *Política e Educação Popular* (1982). Além disso, enfatiza-se que no livro *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*, Freire retoma, criticamente, após novas experiências, práticas e reflexões, os temas centrais da *Pedagogia do Oprimido*. Sobre essa questão, Paulo Freire escreve:

para mim, pelo contrário, a prática educativa de opção progressista jamais deixará de ser uma aventura desveladora, uma experiência de desocultação da verdade. É porque sempre pensei assim que, às vezes, se discute se sou ou não um educador. Foi isto que, recentemente, ocorreu em um encontro realizado na Unesco, em Paris, me disse um dos que dele participaram, em que representantes latino-americanos negavam-me a condição de educador (Freire, 2014, p. 13).

Ou seja, para muitos, Paulo Freire é essencialmente um autor da área política. É óbvio que isso não lhe tira, nem jamais tirará, a característica de ser um educador, aliás, um dos mais importantes da história da humanidade. No entanto, mostra o quanto sua influência propriamente política também é relevante.

Neste texto, discute-se inicialmente como as ideias defendidas por Freire em *Pedagogia do Oprimido* se desdobram de maneira mais detalhada e explícita para a prática política, estabelecendo relações entre a obra de Freire e suas contribuições para o campo político. Destacam-se alguns elementos que conferem força e vitalidade ao pensamento de Paulo Freire, sendo um dos marcos exatamente a obra supracitada.

Elaboramos aqui uma reflexão sobre os temas pelos quais essas contribuições se destacam. Entre eles, alguns são mais conhecidos, enquanto outros são menos estudados. Um exemplo notável é a contribuição no âmbito político da chamada teologia da libertação e o ideário das ONGs progressistas em nível global, especialmente aquelas dedicadas à cooperação internacional.

Ao final, nossa reflexão centra-se na hipótese de que o que permite a sua influência em diversas áreas do saber e da atuação social progressista é a sua concepção radicalmente humanizadora de mundo e de ser humano. Isso o torna um autor imprescindível na transformação do mundo em nossa época, abrangendo tanto o âmbito educacional quanto político.

Pedagogia do Oprimido: referência para o pensamento político democrático

No contexto de efervescência democrática e luta pela democracia que marcaram o final da década de 1970 e a década de 1980 no Brasil, desenvolvem-se ações e teorizações elaboradas pelos movimentos sociais populares, com destaque para aqueles ligados à educação popular; esses são chamados a “ler o mundo”. Essa formulação, de inspiração freiriana, embasa as ações desses grupos, definidos como novos sujeitos ou novos personagens.

Estes “[...] passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas” (Chauí, 1988, p. 10).

Cauí (1988) apresenta esse “novo” sujeito, embasada na ideia de que este foi criado no interior dos próprios movimentos populares e sociais. A autora destaca as décadas de 1970 e 1980 como marco desse processo. Explicita a autora: “por que sujeito novo? Antes de mais nada, porque foi criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os coloca como sujeitos sem que teorias prévias os tenham constituído ou designado” (Chauí, 1988, p. 10).

As lutas populares são elaboradas a partir de agendas discursivas que, segundo Sader (1988, p. 143), “[...] que visam o cotidiano popular e o reelaboram da ótica de uma luta contra as condições dadas”. Estas se assentam principalmente na Igreja Católica, nos sindicatos e nos partidos políticos de esquerda. Estes, por sua vez, abrem espaço para novas elaborações e buscam vias de reatar relações com segmentos sociais, por experimentarem um descolamento de seus públicos.

Acrescenta Sader (1988, p. 143) que esse novo contexto social faz com que os movimentos sociais busquem reelaborações a partir da relação com o meio e entre si. As matrizes discursivas podem ser caracterizadas como:

modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores), assim como na referência a determinados valores e objetivos (Sader, 1988, p. 143).

Considerando os elementos supracitados, temos novos sujeitos emergindo da atuação da Igreja Católica, dos grupos de esquerda e dos grupos sindicais. Assim, da:

Igreja Católica, sofrendo a perda de influências junto ao povo, surgem as comunidades de base. Dos grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca por “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um “novo sindicalismo”.

Evidente que esses elementos guardam entre si diferenças significativas, tanto em relação à consistência argumentativa quanto à sua incidência social.

A matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da Igreja, tem raízes mais profundas na cultura popular e se apoia numa organização bem implantada. Ela se beneficia do “reconhecimento imediato” estabelecido através da religiosidade popular. A matriz marxista não dispõe dessa base, enfrenta uma profunda crise e os grupos que a sustentavam ainda vinham de uma derrota desarticuladora. No entanto, ela traz em seu benefício um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo. A matriz sindicalista não extrai nem

das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas sim do lugar institucional em que se situa, um lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas (Sader, 1988, p. 144).

Tendo como referência essas matrizes discursivas formuladas por Sander (1988), podemos identificar a influência de Paulo Freire em duas delas: na Igreja Católica e nos partidos políticos de esquerda. Em relação à primeira, a aproximação se dá a partir das práticas e formulações da educação popular:

nesse mesmo ano de 1971, constituíram-se equipes de “educação popular” na periferia sul, com o intuito de promover a alfabetização segundo o método Paulo Freire, proibido pelo regime militar. Por tal método, o aprendizado da leitura e da escrita é inseparável do uso que se faça desse instrumental na vida prática. Postulando um despertar crítico do educando, o método se vincula à tomada de consciência das condições de vida e à elaboração coletiva dos projetos de auto-organização (Sader, 1988, p. 148).

Começamos pela primeira. A contribuição de Freire neste âmbito é apontada por diversos autores, inclusive por alguns dos principais formuladores desta teologia.

O próprio Paulo Freire declarou algumas vezes que a reflexão teológica sempre acompanhou sua trajetória, ainda que nunca tenha sido o foco central de sua obra:

ainda que eu não seja teólogo, mas um “enfeitado” pela teologia que marcou muitos aspectos de minha pedagogia, tenho às vezes a impressão de que o Terceiro Mundo pode, por isso, converter-se em uma fonte inspiradora do ressurgir teológico. [...] uma teologia a serviço da burguesia não pode ser utópica, profética e esperançosa, por ser uma teologia que cria um homem passivo e adaptado que espera uma vida melhor no “céu”, que dicotomiza o mundo (Freire, 2014, p. 70).

Existe um reconhecimento de que a teoria e a prática de Paulo Freire forneceram um substrato a partir do qual a Teologia da Libertação encontra uma fonte central para o seu desenvolvimento:

a Igreja Católica se envolve em vários desses movimentos, patrocinando alguns deles, como o MEB (Movimento de Educação de Base). O trabalho social em comunidades desenvolvido pelo serviço social, que mantém estreita vinculação com a Igreja, recebe influência desse novo posicionamento dos cristãos de esquerda que, particularmente no Nordeste, a partir de 1962, adquire uma linha reivindicatória e politizada baseada no pensamento freireano (Oliveira, 2013, p. 2).

Frei (1994), ele próprio um representante reconhecidamente relevante da Teologia da Libertação, relata como uma ideia central desta se originou dos trabalhos de Freire.

O método de Paulo Freire aparece como a grande novidade. É a primeira contribuição, naquele momento, que já não quer interpretar o que é o interesse das classes populares, mas ousa perguntar às classes populares qual é a sua maneira de expressar-se no mundo, qual é a sua palavra (Betto, 1994, p. 28).

Continua Betto (1994, p. 44): “o educando é o protagonista do processo educativo, ou então estamos falando de opressão educativa, que, portanto, não é educadora. Ele precisa estar no centro do processo”. Cabe ressaltar ainda o papel importantíssimo que o Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, durante os 10 anos em que foi presidido por Freire, desempenhou na abertura das igrejas a novas perspectivas teológicas e políticas, exatamente no sentido apontado pela Teologia da Libertação.

Na época, o Conselho Mundial de Igrejas estava profundamente envolvido com os movimentos de libertação, principalmente nas igrejas e através delas, mas também em organizações que lutavam pela libertação fora do contexto estritamente eclesial, naquilo que se chamava de “ecumenismo de base” (Streck, 2001, p. 33).

No Conselho Mundial de Igrejas, Freire teve liberdade para implementar projetos libertadores em vários países do mundo, especialmente africanos.

Nunca ninguém me perguntou, no Conselho Mundial, em dez anos, se eu era isso ou aquilo, do ponto de vista religioso. Nunca fui chamado pelo secretário-geral (que era uma espécie de papa) para me dizer “se acautele!” ou “modere um pouco o seu discurso!”, nada! Talvez eu nunca tenha sido tão livre, enquanto trabalhador, quanto fui lá (Freire; Guimarães, 2000, p. 104).

Já em relação aos partidos de esquerda, havia uma busca por novas formas de integração com os trabalhadores. Um símbolo dessa busca pode ser encontrado na expressão “Você trocou Lenin por Paulo Freire!”, utilizada por um militante de esquerda indignado com as ideias defendidas por seus companheiros em um congresso de uma organização de esquerda, que ocorreu ainda durante a ditadura militar, no ano de 1980 (Sader, 1988, p. 167).

Mas o fato é que, nessa “ida ao povo”, buscando ajudar no processo de fazer despertar a “consciência crítica”, o método Paulo Freire esteve mais presente do que os escritos de Gramsci, *Que fazer?*, de Lenin, os livrinhos de Mao ou *Revolução na revolução* de Debray, de meteórica carreira. De um lado, porque um meio dominante de “ligar-se ao povo” foi através de processos educativos, a começar pela alfabetização. A demanda era grande, e a atividade (legal e aparentemente inocente) poderia ser bem desempenhada tanto por estudantes avulsos quanto por militantes organizados. Os novos educadores se debruçaram sobre os livros de Paulo Freire (torceram o nariz para o seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão) e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular. Por outro lado, porque

através do método de Paulo Freire abria-se um lugar para a elaboração crítica e coletiva das experiências da vida individual e social dos educandos (Sader, 1988, p. 167-168).

Weffort (1967, p. 3), ao prefaciá-la obra *Educação como Prática de Liberdade*, afirma que “Paulo Freire soube reconhecer com clareza as prioridades da prática nesta etapa crucial, assinalada pela emergência política das classes populares e pela crise das elites dominantes”. Destaca, assim, que as formulações de Paulo Freire serviram de base orientadora para parte das ações da Igreja Católica e também para os sindicatos. Para Weffort, as ideias freireanas “nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigidas sobre o movimento popular” (Weffort, 1967, p. 4).

Suas ideias voltadas para a prática alfabetizadora têm relação direta com a ação e têm ligação indissociável com a conscientização. É evidente que esses mesmos princípios podem ser ampliados para outras aprendizagens. Weffort (1967, p. 6) reforça que: “[...] todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando”.

Importante registrar que o ensaio *Educação como prática da liberdade* (1967) antecede a publicação de *Pedagogia do Oprimido* (1970), e as duas obras tratam da questão da política e do método de alfabetização, sempre com uma forte ênfase na questão da democracia. Freire (1967, p. 91) salienta que: “sentíamos, igualmente, que a nossa democracia estava em aprendizagem, sob certo aspecto, o histórico-cultural, fortemente marcada por descompassos nascidos de nossa inexperiência com o autogoverno”.

Essa preocupação com a política é um elemento constante na obra de Paulo Freire, ultrapassando o campo educacional, mas sempre associado a ele, principalmente ao tratar da conscientização do educando como uma condição necessária para a construção de sua sociedade democrática. O próprio autor destaca:

duplamente importante se nos apresentava o esforço de reformulação de nosso agir educativo no sentido da autêntica democracia. Um agir educativo que, não esquecendo ou desconhecendo as condições culturais de nossa formação paternalista e vertical, por tudo isso antidemocrática, não esquecesse também e sobretudo as condições novas da atualidade (Freire, 1967, p. 91).

Para Freire (1967, p. 93), a educação deve ser pensada como uma ação que “[...] levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço”. Este é um dos elementos que comparecem nos escritos do autor sobre a educação. “Preocupados com a questão da democratização da cultura, dentro do quadro geral da democratização fundamental, tínhamos necessariamente de dar atenção especial aos déficits quantitativos e qualitativos de nossa educação” (Freire, 1967, p. 101).

Paulo Freire tem vários escritos que denunciam a predominância de uma concepção e de práticas educativas esvaziadas de sentido, como no trecho: “desde logo, afastáramos

qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensávamos alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência [...]” (Freire, 1967, p. 104). Atribui-se sentido às práticas educativas pela prática política da ação educativa. Essa abordagem fez de Paulo Freire uma referência para os movimentos sociais e populares tanto no Brasil quanto em diferentes partes do mundo.

A ligação indissociável entre a educação e a política, presente nas obras de Freire, quando utilizadas como referencial pelos movimentos sociais, torna-se o ponto de partida de diversos segmentos para a construção de um discurso em defesa da cidadania, do diálogo e da participação como elementos constitutivos da democracia. Esta, para ser alcançada, depende de uma prática educativa emancipadora.

A obra *Pedagogia do Oprimido*, quando analisada no contexto das políticas educacionais, tem dois aspectos a serem destacados: a ênfase na agenda e nos sujeitos. Sua obra enfatiza a ideia de que é necessário influenciar a elaboração das políticas, e para isso, o sujeito precisa se libertar do controle e da opressão a que são submetidos. Essa opressão se dá pelo desconhecimento do mundo e pelas estruturas da sociedade. Freire (1983, p. 34) ressalta essa relação opressores-oprimidos.

Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí decorre o sentido alienador das prescrições, que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isso, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores (Freire, 1983, p. 34).

Destaca Freire (1983) que existe a necessidade de conhecer o mundo para poder, a partir deste, atuar sobre a política. Assim, é possível compreender os processos políticos e sociais, podendo, assim, colocar em pauta uma agenda própria.

Uma ideia central desse argumento é que existe uma passagem do expectador ao sujeito da história. Pensando no campo das políticas públicas, o sujeito passa a ter condições de atuar sobre sua realidade e sobre os mecanismos de opressão que passa a compreender. Tornando-se, assim, apto a influenciar na formulação da política com uma ação consciente e organizada, como, por exemplo, na atuação em organizações da sociedade civil.

A práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível superar a contradição opressor-oprimidos. Desta forma, essa superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, objetivando-a enquanto simultaneamente atuam sobre ela (Freire, 1983, p. 40).

Evidencia-se que as contribuições freireanas têm um potencial que ultrapassa as questões puramente educacionais e explicam por que se traduzem em referência para a atuação política de diferentes grupos. Para Freire, a educação não tem um fim em si mesma; seu objetivo é desnudar a realidade para que o sujeito possa, a partir desse conhecimento da realidade, atuar politicamente. Para Freire (1983, p. 42), “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserir’ nela criticamente”.

Além das contribuições apresentadas, ao analisar a obra de Paulo Freire, constata-se uma notável contribuição no âmbito político, para além das concepções sociais e políticas da chamada teologia da libertação, dos partidos de esquerda e dos sindicatos. Seus escritos influenciaram o ideário das ONGs progressistas em nível global, especialmente aquelas dedicadas à cooperação internacional.

Voltemos, então, nosso olhar para a contribuição de Freire para o ideário das ONGs progressistas em nível global, especialmente aquelas que se dedicam à cooperação internacional. Para isso, nos referiremos centralmente à extensa pesquisa realizada por Haddad (2014).

No início de seu texto, Haddad afirma:

durante os anos 1970, período de plena ditadura no Brasil, e no contexto da repressão política que se instalou contra institucionalidades, grupos, organizações e indivíduos, novas formas do agir político se desenvolveram como mecanismos de reconstrução democrática e de defesa dos direitos humanos, os quais eram violados constantemente (Haddad, 2014, p. 125).

Além das Organizações Não Governamentais (ONGs) já analisadas,

entre essas formas, duas merecem destaque: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Organizações Não Governamentais (ONGs). As primeiras são fruto do movimento da Igreja Católica de aproximação com setores populares de forma crítica, amparada pelas orientações do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação; as segundas se constituíram como alternativa política para pessoas e grupos que vinham de partidos políticos, universidades e instituições públicas e privadas, atingidas pela perseguição dos órgãos de repressão (Haddad, 2014, p. 125).

O autor supracitado ainda aponta as semelhanças entre a atuação nessas duas instâncias, principalmente quanto aos seus objetivos.

Essas novas formas do agir político tinham em comum metodologias de trabalho com os setores populares, orientadas para aumentar a tomada de consciência sobre os problemas vividos pela população e ampliar a sua organização para a defesa de seus interesses e contra o regime repressivo. Quase sempre, a referência pedagógica dessas metodologias de trabalho tinha Paulo Freire como centralidade, apesar de o educador estar exilado na Suíça. Seus escritos circulavam de forma reservada nos primeiros anos (Haddad, 2014, p. 125).

Nesta época, quase a totalidade das ONGs tinha um caráter nitidamente progressista, voltado aos interesses e necessidades das classes populares, diferentemente do que ocorre hoje, em que a maioria das ONGs está imbuída de um espírito de mentalidade empresarial, em nível nacional e mundial, como pode ser observado em Lister (2003) e Molina-Gallart (2014).

Prossegue Haddad:

as CEBs foram muito estudadas naquele período e, posteriormente, nos tempos de redemocratização. Já o mundo das ONGs, nem tanto: sua semiclandestinidad e seu pequeno número acabaram por torná-las quase invisíveis à sociedade em geral. Elas ganharam presença pública apenas por ocasião do encontro das Nações Unidas no Rio de Janeiro, conhecido como Rio 92, quando milhares de organizações brasileiras e internacionais estiveram presentes em um evento paralelo na praia do Flamengo. Enquanto as CEBs tinham por trás a Igreja Católica como apoio político e financeiro, as ONGs viviam da cooperação internacional, principalmente europeia (Haddad, 2014, p. 125).

Paulo Freire, vivendo em Genebra, não só acabou por influenciar, com suas ideias, a cooperação internacional, tornando-a menos assistencialista e mais crítica no apoio às organizações que trabalhavam processos de transformação social nos países do Sul, entre as quais as ONGs, como também visitou várias das agências do Norte para falar sobre a realidade repressiva desses países e sobre o seu pensamento pedagógico.

Haddad, então, recupera a história desta cooperação internacional e analisa as entrevistas que realizou com diversos dirigentes destas agências. Ressalta, ao final destas análises, que os entrevistados apontam o papel fundamental de Freire, principalmente no âmbito amplo de atuação da educação popular, no período de seu exílio.

Paulo Freire já não estava mais aqui, mas seu pensamento foi se enraizando nas concepções e nas práticas de educadores populares e ativistas. Buscava-se reconstruir o tecido social a partir da base da sociedade, utilizando metodologias participativas, horizontalizadas, cuja intencionalidade residia na politização, na tomada de consciência dos problemas sociais e na organização da população para tentar superá-los. Os principais agentes dessas experiências educativas foram as CEBs e as ONGs, muitas delas nascidas do próprio trabalho das igrejas. As ações dessas organizações só foram possíveis graças à solidariedade internacional, traduzida nos mecanismos de cooperação europeia que, por intermédio das organizações da sociedade civil do Norte, carregaram apoio político e financeiro para que o trabalho político da educação popular pudesse ser desenvolvido e o pensamento de Freire, vivenciado.

A influência de Paulo Freire não só ocupou centralidade nas experiências dessas organizações, como também ganhou reconhecimento que permanece até os dias de hoje em muitos dos trabalhos com organizações populares, entidades da sociedade civil, movimentos sociais e sindicais.

Importante destacar como o pensamento do educador ganhou centralidade nas agências europeias de cooperação naquele momento histórico, ao ajudar a fundamentar pedagogicamente a transição dessa cooperação de uma perspectiva inicialmente assistencial para a concepção de promoção para o desenvolvimento, baseado na linguagem dos direitos humanos e no protagonismo da sociedade civil. No período europeu do seu exílio, Paulo Freire não só influenciou as agências como também participou dos processos de descolonização na África, o que possibilitou novos conteúdos e fundamentos, que deram e dão sentido a muitas práticas educativas de sua pedagogia crítica.

Este texto abre uma janela para o invisível, para o pouco estudado: a cooperação internacional europeia, a influência de Paulo Freire nela e o papel das ONGs. Talvez pelas marcas que a ditadura, no Brasil, tenha deixado, muitas das práticas políticas daquele período não foram conhecidas. A educação popular foi um dos focos da atuação política dos educadores e educadoras que buscaram reconstituir a democracia brasileira a partir da base da sociedade. Paulo Freire foi a maior inspiração para essas práticas. As CEBs e as ONGs foram as institucionalidades que viabilizaram muitas dessas ações educativas. A cooperação internacional forneceu o suporte para que essas últimas pudessem existir.

Considerações finais

Neste texto, procurou-se elencar elementos que permitem compreender como Paulo Freire se constitui, a partir da obra *Pedagogia do Oprimido*, como um autor profundamente identificado com práticas políticas dos movimentos sociais. Observa-se que em seu livro anterior, *Educação como Prática da Liberdade*, escrito durante o seu exílio, Freire sintetiza a sua teoria e sua prática até aquele momento. Posteriormente, o próprio autor reconhece que essa obra ainda estava eivada de ingenuidades quanto ao funcionamento da sociedade capitalista, e que as ideias elaboradas a partir da *Pedagogia do Oprimido* ainda não estavam plenamente desenvolvidas. No entanto, é necessário salientar que a importância desta obra para entender o desenvolvimento posterior das concepções freireanas é frequentemente subestimada.

Muitas obras foram escritas sobre a obra de Paulo Freire. O próprio autor apontou algumas vezes que apreciou particularmente duas dessas obras que analisaram a trajetória e contribuições de seus escritos: o primeiro de Celso Beisiegel, *Política e Educação Popular*, e o outro de Francisco Weffort, *Educação e Política*, escrito como prefácio de *Educação como Prática da Liberdade*. Destaca-se que ambos os textos têm em seus títulos as palavras “política” e “educação”.

Retomando Weffort (1967, p. 6), enfatiza-se a ligação entre aprendizado e conscientização: “eis aí um princípio essencial: a alfabetização e a conscientização jamais se separam. Princípio que, de nenhum modo, necessita limitar-se à alfabetização, pois tem vigência para todo e qualquer tipo de aprendizado”. Outro elemento destacado é a educação com prática de liberdade.

Paulo Freire diz com clareza: educação como prática da liberdade. Trata-se, como veremos, menos de um axioma pedagógico do que de um desafio da história presente. Quando alguém diz que a educação é a afirmação da liberdade e toma as palavras a sério – isto é, quando as toma por sua significação real – se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação (Weffort, 1967, p. 7).

Elementos centrais desses dois aspectos: a conscientização e a liberdade. Elas são o objetivo central que articula, em uma prática eminentemente política, a busca por desnudar a opressão como caminho para a emancipação dos educandos.

Uma pedagogia que estrutura seu círculo de cultura como um lugar de prática livre e crítica não pode ser vista como uma idealização a mais da liberdade. As dimensões do sentido e da prática humana encontram-se solidárias em seus fundamentos. E assim, a visão educacional não pode deixar de ser, ao mesmo tempo, uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertar-se (Weffort, 1967, p. 8).

A consciência crítica necessita do conhecimento de mundo, o qual, para Freire, está ligado à política e à educação, que, por sua vez, se conectam a uma determinada concepção de ser humano e de mundo. A perspectiva democrática é uma das condições necessárias para superar a consciência ingênua, ultrapassando assim todos os fanatismos e fatalismos. Percebe-se a clara perspectiva política da ação educativa freiriana, expressa sobretudo com o objetivo de superar a opressão pela ação consciente dos próprios educandos.

Esta visão de ser humano, mais elaborada na obra *Pedagogia do Oprimido*, foi um dos elementos que fez de Freire uma referência para a política e para a educação. Observa-se neste livro uma síntese dos conceitos de Paulo Freire, iniciando pela contradição opressor-oprimidos, trazida no primeiro capítulo da obra, onde Freire utiliza vários autores marxistas para fundamentar suas ideias, elementos que estavam ausentes em obras anteriores. Caracteriza-se uma sociedade marcada por interesses antagônicos, na qual a relação opressora-oprimida é estrutural, e ao opressor interessa manter os mecanismos vigentes, enquanto ao oprimido cabe a ação para libertar-se, por meio de uma ação radicalmente transformadora. Beisiegel (1982, p. 333) trata dessa temática, afirmando que

[...] a conscientização, tal como a entendia, nunca seria responsável pela adesão do povo a “fanatismos destrutivos”. Pelo contrário, ao possibilitar a inserção dos homens como sujeitos no processo histórico, a conscientização evitava fanatismos e inscrevia os homens na busca de sua afirmação. O educador concordava com análises desenvolvidas por Francisco Weffort na introdução ao livro anterior, quando advertia que “se a tomada de consciência abre caminho à expressão das insatisfações sociais, é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão”. Em *Pedagogia do Oprimido*, o educador aceitava integralmente aquela condição de revolucionário que tantas vezes lhe fora atribuída, assumindo sem hesitações a condição de cristão revolucionário.

Importante destacar o caráter relacional desse processo de libertação, que se constitui enquanto processo coletivo: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Na sequência da obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire aborda a educação bancária e a educação problematizadora. Essas formulações carregam a concepção filosófica sobre o ser humano que permeia as ideias freireanas:

a concepção e a prática “bancárias”, imobilistas e “fixistas”, terminam por desconhecer os homens como seres históricos, enquanto a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isso mesmo, ela os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade (Freire, 1983, p. 83).

As ideias postas sobre a inconclusão do ser humano e a sua relação com a realidade evidenciam as ligações entre a prática educativa e a prática política, expressos pela visão do homem como “um ser inconcluso, consciente de sua inconclusão e seu permanente movimento em busca do Ser Mais”.

Assim, a prática educativa e a prática política criam as condições para o processo de humanização. Elas são apresentadas no início da obra *Pedagogia do Oprimido* e melhor desenvolvidas nos capítulos seguintes, sobretudo ao explicitar os fundamentos dessa relação. No terceiro capítulo, por exemplo, o autor trata do diálogo, este também uma categoria absolutamente central para o pensamento freireano.

Podemos traçar um paralelo entre o pensamento de Paulo Freire e a ideia da Ação Comunicativa habermasiana. O diálogo é um dos elementos que liberta e educa os homens em comunhão; é a condição para a humanização e para a prática libertadora. Essas esferas abrangem as práticas educativas e políticas. Continuando na mesma temática, o quarto capítulo da obra aborda a antidialogicidade e a dialogicidade, uma visão antagonista que permite compreender o âmbito da opressão e da libertação.

Beisiegel (1982) trata desse tensionamento entre a vocação humanizadora dos homens, que é

[...] negada na injustiça, na exploração, na opressão e na violência dos opressores, mas afirmada na ânsia de liberdade, de justiça, na luta dos oprimidos pela recuperação de sua humanidade ultrajada encontrava nesta “educação problematizadora” um importante instrumento de sua realização. Mas tal processo se desenvolveria no âmbito da “tarefa humanista histórica” fundamental dos “oprimidos”, que consistia em “libertar-se a si mesmos

e aos opressores” da situação de opressão. Ao expor as suas ideias sobre esta “educação problematizadora”, Paulo Freire continuava a defender a importância fundamental da “conscientização” e insistia em afirmar que o diálogo era o caminho para alcançá-la (Beisiegel, 1982, p. 341).

Demonstramos neste texto como o pensamento de Freire se relaciona com as ações práticas de movimentos sociais variados nas décadas de 1960, 1970 e 1980, constituindo-se como referencial da ação política associada à ação educativa. Destacam-se as influências sobre a ação das CEBs, dos partidos de esquerda, do sindicalismo e das ONGs.

Essa ação se caracteriza pelos elementos elencados neste artigo, que se encontram sintetizados na obra *Pedagogia do Oprimido* e são marcados por uma compreensão mais refinada da realidade social. Celso Beisiegel (1982, p. 355) apresenta essa característica de Freire.

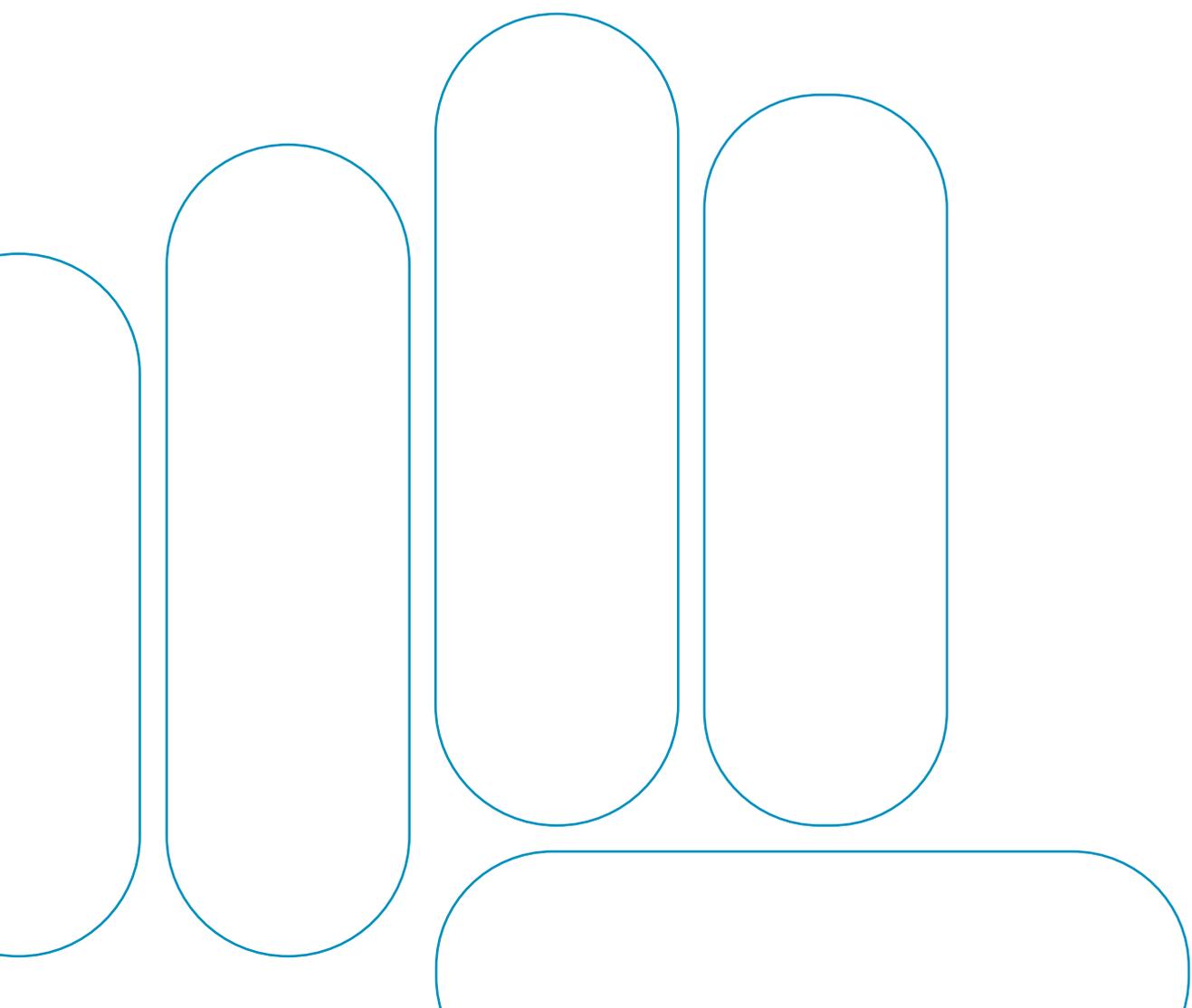
Sob esta visão do processo educativo, a iniciativa do educador e seu maior domínio do objeto de conhecimento não o impediriam de aprender junto com o educando. Então, por que não adotar esta mesma linha de explicações também para as mudanças observadas no pensamento do próprio Paulo Freire sobre os modos de organização e funcionamento da sociedade de classes? Por que não reconhecer que Paulo Freire, em sua própria história, talvez tenha sido o melhor testemunho da validade de suas ideias a propósito das relações entre o educador e o educando no processo de mútua explicitação dos fundamentos da realidade social?

Evidencia-se como Paulo Freire cresceu e se humanizou mais, deixando-se envolver num processo dialógico com seus educandos, simultaneamente educacional e político. Este é o fundamento de sua evolução pessoal e política. Essa característica é um dos pontos que melhor ilumina a influência de Freire enquanto autor de referência para o pensamento político e educacional da atualidade, tal como a vitalidade de sua obra, especialmente *Pedagogia do Oprimido*, que tão bem sintetiza as suas elaborações e concepções sobre o processo educacional, que é indelevelmente marcado pelo aspecto político.

Referências

- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular*. 4. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, Paulo. *A Educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. *Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

- FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sergio. *Aprendendo com a própria história II*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HADDAD, Sérgio. Paulo Freire e o papel das agências de cooperação europeias no apoio à educação popular no Brasil. *Rev. Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 123-141, dez. 2014.
- LISTER, S. NGO legitimacy: technical issue or social construct? *Rev. Critique of Anthropology*, v. 23, n. 2, p. 175-92, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0308275X03023002004>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- MOLINA-GALLART, Nuria. Strange bedfellows? NGO-corporate relations in international development: an NGO perspective. *Development Studies Research*, v. 1, n. 1, p. 42-53, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21665095.2014.915617>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- OLIVEIRA, Valéria. *A influência do pensamento de Paulo Freire para o Serviço Social do nordeste brasileiro – 1950 a 1963*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 8. Educação como prática da liberdade: saberes, vivências e (re)leituras em Paulo Freire. Recife: UFPE, 2013.
- ROMÃO, José Eustáquio. Educador popular. In: OLIVEIRA, D; DUARTE, A; VIEIRA, L. *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STRECK, Danilo. *Pedagogia no encontro de tempos: ensaios inspirados em Paulo Freire*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TORRES, Carlos Alberto. *Diálogo e práxis educativa: uma leitura crítica de Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 2014.
- WEFFORT, Francisco. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 7. ed.



A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Este livro nasceu do compromisso deixado pelos dois maiores idealizadores da Universidade de Brasília, que são referências para todos nós: Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Eles tinham o objetivo de fazer da UnB uma grande referência no papel de pensar o Brasil, pautar os temas nacionais e ajudar a buscar soluções para transformar a realidade do povo brasileiro. Trata-se de um livro que resulta do curso de extensão intitulado Educadoras e educadores brasileiros: do centenário de Paulo Freire aos 60 anos da UnB, ofertado em 2021, quando o Brasil e o mundo estavam imersos na maior crise sanitária do nosso tempo: a pandemia de covid-19. Estávamos em busca de caminhos, enfrentando o negacionismo daqueles que deveriam estar à frente dos problemas, o qual trouxe graves consequências, vitimando mais de 700 mil vidas e deixando sequelas graves para a sociedade como um todo. O referido curso de extensão tratou da vida, da obra e das contribuições de educadoras e educadores do Brasil, que foram e são tão importantes para nos ajudar a pensar em caminhos, propostas, ações e políticas para os diferentes problemas do país, em sua imensa riqueza cultural, de modo a combater e reverter suas desigualdades. É um livro que, assim como a UnB, está comprometido com um novo amanhecer, em um país mais inclusivo, participativo, multicultural, democrático e sustentável.

EDITORA

